



FÓRUM DE LÍDERES

Sociedades de advogados, academia e empresas de tecnologia para advocacia escrevem sobre as suas perspetivas para o mercado em 2022, antecipando um virar de página, aumento da procura e desafios de concorrência e inovação.



Filipe Barata

Sócio
da FB&A

Está em marcha acelerada uma transformação do setor da advocacia.

Seja pela pandemia da Covid19 que nos assolou no início de 2020, seja pelas novas necessidades dos clientes, seja pela crescente disponibilidade de mais e melhores soluções tecnológicas, está em curso uma profunda transformação do setor da Advocacia, em todo o mundo, e Portugal não é alheio a esta corrente.

Os clientes da FB&A, sejam nacionais ou internacionais, já não esperam apenas que o advogado tenha uma solução juridicamente robusta, mas antes que esta seja robusta, muito disponível e, não raras vezes, de uma forma muito integrada com as soluções de IT instaladas no cliente, e com os circuitos e fluidez de informação estabelecidos.

Quer queiramos, quer não, os advogados têm de estar preparados para as mudanças em curso, e que passarão por uma adoção massiva de soluções tecnológicas, as quais serão, sem dúvida, de grande utilidade para clientes e advogados, sendo certo, contudo, que as “máquinas” não substituem o advogado, antes serão um forte apoio em tarefas de índole mais repetitiva, mecânica ou de trabalho em escala, com as ferramentas de Big Data a encabeçarem esta mudança de paradigma.

O desafio já em 2022 será o de fazer mais, fazer melhor, mais rápido, com soluções que revistam uma forma mais simplificada e acessível a todos, num ano em que se prevê venha a existir muita litigiosidade laboral e muitos processos de índole falimentar (insolvência, PER, RERE, PEAP, PEVE), com a complexidade e pressão inerentes.

Face a este desafio de inequívoca complexidade, a gestão de pessoas e de processos será de importância fulcral para permitir atravessar esta “revolução” em curso na

advocacia, sendo certo que as atuais gerações de advogados são muito preparadas, mas deverão frequentar formações constantes.

De nossa parte FB&A, enquanto grupo, estamos preparados para o desafio. De braços abertos.



José Mota Soares

Managing Partner
Andersen Portugal

A Andersen acredita que o ano de 2022 e os seguintes serão anos de consolidação e crescimento no mercado da advocacia. A evolução favorável da pandemia determinará que a maioria dos sectores indústrias e serviços recuperem consistentemente, acelerando o ritmo da atividade económica.

Nesta medida, a incorporação de outras estruturas e advogados corresponde a um dos objetivos do Plano Estratégico da Andersen para os próximos anos, o qual, à luz das preocupações com os clientes, colaboradores e mercado, se traduz num novo impulso de assessoria jurídica integral a clientes nacionais e internacionais com maior destaque para as empresas com interesses na Península Ibérica. Pretendemos crescer em diversas valências, permitindo-nos oferecer um serviço de assessoria integral reforçado nas mais variadas as áreas do Direito.

O desafio da globalização será transversal a todos os sectores, incluindo a advocacia, o que reforça o compromisso da nossa organização em garantir que os nossos clientes recebem o melhor nível de serviço em todo o mundo.

Também acreditamos que serão dados passos no sentido de autorizar as sociedades multidisciplinares, o que, nos parece salutar, desde que existam mecanismos de controle que permitam, nomeadamente, acautelar e garantir a relação existente entre os profissionais dessas sociedades, a estrutura de capital e controlo da administração por advoga-

dos, a proteção do segredo profissional, a livre escolha do advogado, o modo de repartição de honorários, a prevenção de conflitos de interesses, assegurando sempre o cumprimento das regras deontológicas da profissão.

Visando preparar o escritório para as oportunidades que antecipamos, estamos a reforçar as nossa equipas, a melhorar o processo de formação e integração de advogados mais jovens, de modo a que com base num nome do passado criemos a firma do futuro!



José Luís Arnaut

Managing Partner
da CMS Rui Pena & Arnaut

O setor da advocacia, como todos os outros, estará sempre condicionado pelo contexto em que vivemos. Ainda que saibamos hoje que a atividade económica da União Europeia regressou aos níveis pré-pandémicos no terceiro trimestre deste ano, Portugal, dada a sua dependência do turismo, que foi um dos setores mais afetados pela pandemia, precisará de mais tempo para recuperar. Outras variáveis que deveremos ter em conta são a crescente inflação e a atual crise de escassez de matérias-primas. Em Portugal, o cenário político com que nos deparamos e a consequente adoção, ou não, de um orçamento para 2022, vão, certamente, ter também um peso importante no desempenho da nossa economia, no próximo ano. Todas estas variáveis vão ser determinantes para todos os setores de atividade, mas acredito que, no que concerne à CMS, iremos manter a trajetória de crescimento que temos verificado. O nosso enquadramento enquanto Sociedade Global, presente em 70 cidades e 43 países, permite-nos diversificar a exposição face ao mercado português. A nós e aos nossos clientes. Estou certo, no entanto, de que este ano vai ser um ano de reforço do investimento das So-

iedades nas suas dinâmicas tecnológicas. É o caso do Lupl, que acaba de ficar totalmente operacional, e que já está a revolucionar a relação entre as sociedades e os clientes. Trata-se de uma ferramenta desenhada para o trabalho jurídico “colaborativo”, e que foi incubada por um trio de sociedades de advogados internacionais: a CMS, a Cooley e a Rajah & Tann Asia.



João Miranda de Sousa

Sócio diretor

de Garrigues em Portugal

Esperamos que 2022 seja um ano de consolidação da recuperação pós-pandémica em todos os aspectos (social, económico, empresarial, etc.). Este contexto de recuperação, que já vivemos há alguns meses, está a revelar-se complexo e muito intenso, o que tornou as necessidades de apoio jurídico dos nossos clientes ainda mais intensas do que antes. Os clientes exigem respostas mais rápidas aos seus problemas, certeza na tomada de decisões e aviso proactivo para potenciais obstáculos que possam surgir ao longo do caminho. A principal tendência no sector jurídico nos próximos tempos será a digitalização através da adopção de tecnologias tais como as “Soluções de Gestão Jurídica Empresarial” (ou Enterprise Legal Management solutions- ELM), transformando totalmente tanto a forma como trabalhamos internamente como a maneira como nos relacionamos com os nossos clientes. Em termos empresariais, é um facto que a pandemia acelerou a transformação digital em todos os aspectos da vida empresarial e social, e consequentemente a tecnologia desempenha agora um papel muito maior na economia, porém também nos tornou mais dependentes dela. Áreas ligadas à ciber-segurança, protecção de dados, comércio em linha e desenvolvimento de aplicações tecnológicas em geral, muitas vezes levadas a cabo por start-ups, serão indubita-

velmente destinatários claros do investimento, intensificando uma tendência que Portugal já tem vindo a experimentar nos últimos anos.

A recuperação pós-pandémica está também a expor a sensibilidade das cadeias de abastecimento e do sector energético a fortes tensões de procura. Sectores como a logística e as energias renováveis, dado o claro compromisso dos governos ocidentais com a energia limpa, devem também apresentar oportunidades interessantes para o desenvolvimento e o investimento. Tudo isto sem esquecer o impacto que o Plano de Recuperação e Resiliência terá indubitavelmente nos agentes económicos portugueses, orientando muitas decisões empresariais futuras.



João Valadas Coriel

Managing Partner

da Valadas Coriel & Associados

2022 incertezas e esperanças

Por esta altura do ano as sociedades de advogados que se souberam adaptar à realidade económica e ao bloqueamento da administração do Estado em virtude da pandemia já saberão que os seus resultados se mantiveram ou melhoraram em relação a 2020.

2022 vai começar com novos desafios;

O facto de não haver orçamento até meio do ano vai impedir o Estado de lançar novos impostos e mais legislação avulsa mal engendrada como acontece sempre a seguir às centenas de reivindicações atendidas em sede de discussão na especialidade. A soviética da lei laboral provavelmente será esquecida e haverá menos novo emprego abortado.

A quinta vaga do Covid começa mal, com manifesta incapacidade para reforçar a vacinação da população. Em consequência disto haverá provavelmente teletrabalho na administração pública o que significa que se vão esperar semanas para constituir uma empresa, meses para conseguir um despacho de uma Câmara

ou um registo mais complicado ou um mero cartão de cidadão ou passaporte e provavelmente ficaremos sem Justiça mais uns meses.

Estes custos e estas incertezas de contexto, que já afastaram muitos investidores em 2020 e 2021 terão consequências imprevisíveis sobre o “deal flow”, mas o dinheiro está onde deve estar e senão vai a caminho. E a nossa atratividade desvanece-se.

Se não reincidirmos na estupidez de um lockdown total, sente-se por outro lado, muita vontade de realizar por parte dos empresários e muita curiosidade por parte de gente de todas as paragens. O Mundo está cheio de dinheiro sem destino, o chamado “snow powder”, Portugal está cosmopolita e os políticos ainda não arranjam forma de estragar os dias de sol e os invernos suaves.

As empresas adaptaram-se. A flexibilidade de horários veio para ficar por mero consenso entre patrões e empregados sem necessidade de concertação social e portarias. A transição digital está a acelerar. Pena que ao contrário do Portugal 20/20 não haja notícia de qualquer programa significativo de apoio à internacionalização e modernização das empresas.

Temos esperança de que os actos notariais à distância sejam finalmente aprovados, que os funcionários dos tribunais aprendam a trabalhar com o Webex, que os contratos e documentos importantes possam ser todos assinados digitalmente e que as certidões de óbito passem a valer mais que seis meses uma vez que não tem havido um pico de ressurreições.

De uma forma ou de outra, bem ou mal governados, vaticino que a advocacia que se organizou vai ter um incremento importante de actividade, provavelmente na casa dos dois dígitos.



Patrícia de Jesus Monteiro

Fundadora
da PJM Advogados

O Futuro da Advocacia é uma questão de especial relevância e merecedora de reflexão. O surgimento da pandemia acelerou a Era da informação digital que já se encontrava presente e em desenvolvimento, em Portugal. A PJM Advogados, desde que surgiu (há 12 anos), presta um serviço de uma forma personalizada, muito próxima do cliente, com um tempo de resposta curto (sempre dependendo das circunstâncias dos casos em apreço). Ora, em tempo de distanciamento social e de confinamento, reinventámo-nos e começámos a dar uma nova dimensão ao fornecimento da informação ao cliente. Através da utilização recorrente da tecnologia informamos diariamente os cidadãos. Acreditamos que os recursos tecnológicos, a inovação e a criatividade na prestação dos serviços a realizar é o futuro! Assim, com esta nova metodologia e com o teletrabalho, continuamos a tratar dos processos dos nossos clientes, fornecendo-lhes sempre o apoio e a dedicação que nos caracterizam.

A advocacia online é uma inovação da nova Era que acarreta benefícios aos cidadãos. A celeridade, a facilidade, o atendimento quando e onde o constituinte desejar são vantagens óbvias desta nova realidade da advocacia. Neste sentido, o conceito stricto sensu do papel do advogado tem que ser profundamente alterado nas mentalidades. Este já não deve ser visto como alguém inacessível, com honorários elevados, respostas demoradas, mas sim como o confidente que está ao lado do cliente, quando necessário, prestando um serviço de advocacia preventiva, para que no final, o resultado seja o melhor possível, e que naturalmente o cliente fique satisfeito. Estes profissionais passam a dominar e preencher o conceito de verdadeiros profissionais

híbridos que, no fundo, são multitarefas pois exercem mais de uma função, para se adaptarem a vários contextos, tentando conciliá-los. O advogado é essencialmente uma pessoa humana, que carece de formação técnica reiterada, para dar uma resposta adequada às necessidades, dos seus clientes, cada vez mais exigentes e globais.

Assim, no exercício da profissão é necessário cada vez mais o auxílio e complemento de outros técnicos, de outras áreas de atividade; portanto, as parcerias são essenciais no futuro próximo, como forma de aumentar a eficácia e redução de custos. Também não podemos descurar a absorção de novos profissionais (da área digital, comunicação, contabilidade, entre outros) para aplicação das respetivas técnicas nos escritórios. As plataformas de ligação dos advogados aos tribunais constituem mais uma inovação fundamental porque permitem o acesso contínuo do advogado aos processos, possibilitando assim delinear estratégias atempadas de acordo com a evolução do caso em apreço. A PJM Advogados, como escritório independente, generalista, continuará a par e a usufruir da evolução tecnológica que consideramos essencial para o sucesso do nosso serviço jurídico.



Nuno Pereira da Cruz

Managing Partner
da CRS Advogados

Apesar do impacto negativo da COVID-19, o mercado da advocacia que é um dos mais resilientes por se adaptar facilmente aos diferentes ciclos económicos, não deverá sofrer grandes perdas.

No entanto, 2022 será um ano de grande desafios, pois o mundo está a mudar a uma velocidade vertiginosa, desde as alterações dos modelos económicos à forma de encarar o trabalho e o tempo livre. Teremos um mundo antes e depois

da Covid-19. E acreditamos que 2022 será o ano dessa viragem.

Por estas razões, a inovação de serviços jurídicos e a adoção de tecnologia será fundamental para que os advogados continuem a cumprir a sua função de proteção dos direitos das pessoas e das empresas. É urgente alterarmos a forma como trabalhamos – a digitalização tem aqui um papel importante –, e interagimos com os clientes.

Uma consequência deste cenário será a fusão entre sociedade de advogados para estruturas maiores, mais sofisticadas tecnologicamente e que possam investir de forma intensa e constante em inovação e conhecimento.

Mas acreditamos que o sucesso será conseguir encontrar o ponto de equilíbrio entre a conjugação dessa vertente tecnológica e o contacto pessoal com o cliente. E, por isso, a CRS Advogados abriu este ano em janeiro o escritório no Porto e, em setembro, o escritório no Algarve.



Maria João Ricou

Managing partner
da Cuatrecasas em Portugal

A incerteza associada à evolução pandémica - neste momento com uma perspetiva negativa - e o facto de 2022 ser um ano eleitoral, torna particularmente difícil uma antevisão do grau de recuperação económica que se virá a registar e do efeito correspondente no sector da advocacia. Ainda assim, a expectativa para 2022 é que se mantenha um ritmo consistente de recuperação económica, na sequência do crescimento que se tem vindo a verificar nos últimos meses. Nessa conjuntura progressivamente mais favorável, será expectável que a atividade na área de M&A continue num registo de crescimento, designadamente nos sectores da energia e infraestruturas, os quais envolvem também uma componente significativa da área de Direito

Público. Por seu turno, quer a área de Imobiliário, quer a de Bancário e Financeiro, deverão registar níveis de atividade elevados, e a assessoria a operações de refinanciamento, reestruturação e situações especiais continuará a ter um peso relevante.



Miguel Miranda

Managing Partner da PRA-Raposo,
Sá Miranda & Associados.

Estou em crer que 2022 será o ano de retorno à esperança, mas não de retorno à normalidade.

Esperança na erradicação do episódio pandémico que temos vivido desde início de 2020 e que tem criado incerteza generalizada e receio sobre o futuro, mas não de retorno àquilo que nos habituámos a designar despreocupadamente como “normalidade”.

O novo normal será ainda marcado pelo receio de uma recaída pandémica e de um retrocesso na liberdade recém-conquistada – e os primeiros sinais aí estão. O receio mantém-nos despertos, atentos, mas não conseguirá abalar a forte convicção de que o pior já passou.

É seguro assumir que esta eventual incerteza não afetará o business as usual das sociedades de advogados e, em particular, a vida dos advogados que optaram por esse modelo estruturado de exercício da profissão. Esses tiveram o privilégio de assistir na primeira fila a um evento disruptor, que historicamente tem ocorrido a cada 100 anos, e confirmar que o nível de segurança, resiliência e solidariedade do modelo societário funciona e é robusto mesmo em tempos difíceis.

Estamos, por isso, otimistas para 2022 na PRA.

Prevemos que os clientes retomem os seus projetos de investimento. Prevemos que o PRR estimule efetivamente a economia nacional e europeia. Prevemos que os advogados regressem ao escritório com renovada força e vontade e que a euforia

nostálgica de uns “loucos anos 20” possa efetivamente ser reeditada num ambiente mais digital, mais móvel, mais verde e mais sustentável.

Prevemos crescer organicamente e avançar com 30 novas contratações em 2022, com enfoque nas áreas de Laboral, Público e Contencioso. Prevemos chegar ao fim do ano com um reforço na estrutura de sócios e ultrapassar a fasquia dos 200 colaboradores, nos 6 escritórios da PRA. Prevemos incrementar a nossa pegada internacional, nomeadamente em Espanha. Por fim, prevemos muitos encontros ao vivo, regresso às viagens e aos novos projetos e, quem sabe até, uma ou duas fusões disruptoras do panorama nacional da advocacia.



Pedro Rica Lopes

Managing Partner da Lexa

Se, como diz John Donne, “nenhum homem é uma ilha isolada”, também o mercado da advocacia não vive distante do contexto social e económico onde se insere.

E se, num passado longínquo, os ecos da conjuntura internacional soavam distantes, a célebre frase que serve para ilustrar a Teoria do Caos, de que o bater das asas de uma borboleta no Japão pode causar um tufão nos Estados Unidos, nunca, como agora, foi mais real.

Com efeito, o mundo, para além de conectado, está cada vez mais interligado, no que isso tem de positivo e de negativo. Daí que qualquer tentativa de previsão possa não ser mais do que um mero exercício de raciocínio com poucas consequências práticas. Recordo, aliás, que, segundo as previsões dos astrólogos, o ano de 2020 seria um ano muito positivo para a maioria das pessoas...

Aceite o desafio, diria que, em regra, o mercado da advocacia se caracteriza pela estabilidade e crescimento sustentável. Em ciclos de crescimento económico funciona como um catalisador que impulsio-

na e dinamiza o investimento e, em contraciclos, consegue reinventar-se e apoiar outros setores e diferentes mercados.

E, na minha ótica, o próximo ano ainda vai ser de alguma turbulência, atenta a instabilidade política, social e económica que constatamos existir em Portugal e no resto do mundo.

No que respeita às sociedades e escritórios de advogados, creio que o setor deverá estar atento e tentar acompanhar a verdadeira revolução tecnológica que o mundo vive e adotar soluções de inteligência artificial, entre outras, que permitam dar respostas de maior efetividade, diminuindo os custos e garantindo os melhores resultados.

No caso concreto da LEXA, procuramos ter uma atitude permanente de benchmarking, analisando as empresas que são referências no mercado (ainda que fora do setor da advocacia) e estamos atentos às abordagens disruptivas efetuadas pelas Lawtechs e Legaltechs, pois tal é fundamental para o crescimento e desenvolvimento de qualquer organização.



Paulo Câmara

Managing Partner
da Sêrvulo & Associados

Num dos períodos mais criativos da sua carreira, David Bowie afirmou que o futuro pertence aos que entendam os seus sinais: “tomorrow belongs to those who can hear it coming”. É uma frase ajustada também à indústria de prestação de serviços jurídicos, que percebeu há muito a importância de conferir atenção aos sinais de evolução e de oportunidades futuras.

No lado positivo, o ano de 2022 que se avizinha será dominado pela recuperação dos indicadores económicos e pelo aumento dos níveis de investimento estrangeiro. Estes sinais colocam mais pressão sobre as áreas transacionais, de Corporate, Energia, Concorrência, Laboral, TMT, Imobiliário e Financeiro.

No lado negativo, o próximo ano vai des-

tacar-se pelo agravamento da prioridade nos temas climáticos e pelo enfoque no ESG. Os progressos na redução de emissões de gases com efeito de estufa revelam-se insuficientes e colocam em risco o cumprimento das metas traçadas no Acordo de Paris. Este é, sem mais, o maior desafio da nossa geração. As empresas vão enfrentar processos profundos de transformação, nalguns casos dolorosos. O tempo será de preocupação, mas também de esperança. Este contexto obriga a que o setor de advocacia consiga guiar as empresas na tomada das decisões estratégicas para uma transição económica para a neutralidade carbónica e na atualização dos seus modelos de governação aos valores impostos por este novo tempo.



Jaime Carvalho Esteves
Sócio fundador da J+Legal

2022 será um ano marcado pela evolução das condições sanitárias, as quais ditarão o grau das dificuldades económicas, financeiras e sociais que irão sentir. Mas percebe-se já que haverá tensões internacionais graves, fortes constrangimentos nos abastecimentos, pressões inflacionistas e, claro, tensões sociais e políticas.

De um ponto de vista mais local, as principais linhas de força deverão decorrer da instabilidade política, da carga fiscal (e do peso das obrigações acessórias), das alterações de vários quadrantes com grande impacto no imobiliário, do agravamento das condições de financiamento e do fim das exceções ligadas à crise sanitária e, ainda, dos novos projetos financiados pelo PRR. Este enquadramento global e local terá repercussões na prática jurídica em Portugal: muita procura pelo lado do investimento green field, da concentração, reestruturação e revitalização, a par do M&A, e também do financeiro, imobiliário e fiscal, acompanhado pela aceleração da procura

de serviços torna da descentralização financeira, onde Portugal poderia ter um importante papel. Este quadro deverá suscitar a procura por novas ofertas focadas num conjunto de especialidades core, acompanhadas de garantia de elevada senioridade, estabilidade das equipas e confidencialidade, tendência que penso notar-se já no mercado. Aliás, 2021 viu já vários projetos novos com menor dimensão relativa, mas com as metodologias e as garantias de qualidade das grandes estruturas. Deverá por isso manter-se uma tendência para maior atomização da oferta, eventualmente até acelerada, se as condições económico-financeiras implicarem redução de trabalho, de honorários ou dos prazos de cobrança, com impacto na satisfação dos advogados quase sócios ou recém-promovidos a esse estatuto. Tudo isto leva-nos a encarar o ano com otimismo e, de um ponto de vista técnico, a manter o nosso foco no bancário e financeiro, no contencioso, incluindo criminalidade económica, no fiscal, no imobiliário e no societário e M&A.



João Vieira de Almeida
Chairman
da VdA

Olhando para 2022 não consigo evitar um reflexo egocêntrico, e o primeiro pensamento que me ocorre é o de que será o ano da transição na liderança da VdA. O princípio de uma nova fase para a qual olho com o orgulho de quem vê afirmar-se, com naturalidade, uma verdadeira instituição, que se projeta no futuro com enorme confiança e energia para continuar a inovar e a crescer. Em certa medida, trata-se de um reflexo do que sucede neste setor em Portugal. Em 2022, continuará a assistir-se àquilo que é a chegada (mais ou menos atribulada, conforme os casos) à idade adulta de um mercado que nasceu e cresceu nos anos '80 do século passado e que, agora,

vive a sucessão da geração fundadora e a afirmação de jovens lideranças, muito bem preparadas para os novos desafios da profissão. Essa transição ditará fenómenos de concentração e alteração de estruturas societárias existentes, já no próximo ano, sendo porém certo que se prolongará por mais algum tempo.

No que respeita à performance das firmas, julgo que 2022 será um ano de bastante atividade, num quadro de retoma da economia, de aceleração das mudanças nos modelos de prestação de serviços e de algum aquecimento do mercado na captura e retenção de talentos. A batalha da transformação digital entrará numa fase crítica, de “última chamada” para os que ainda não embarcaram nesse comboio, que já está em movimento. Os serviços ESG ganharão especial relevância e a Sustentabilidade entrará, definitivamente, na ordem do dia.

O destino das alterações estruturais ao modelo de organização da profissão, que ingressou este ano definitivamente na agenda política, poderá ter um desfecho de enorme impacto para o futuro das sociedades e dos advogados em geral, e esse é um potencial ponto absolutamente crítico do ano que vem.

Globalmente estou, como (quase) sempre, otimista e entusiasmado com os desafios que nos aguardam.



Inês Sequeira Mendes
Managing Partner
da Abreu Advogados

O mercado da advocacia tem vindo a demonstrar uma grande capacidade de adaptação e superação em contextos mais adversos como aqueles que vivemos ao longo dos últimos dois anos. Acredito que, em 2022, se contarmos com a situação pandémica mais estabilizada em Portugal e no mundo e alcançarmos a tão necessária estabilidade política, teremos um mercado mais dinâmico, tendo em conta os projetos que resultarão do PRR, a digi-

talização da economia e as alterações resultantes do Green Deal, nomeadamente as decorrentes do pacote Fit for 55.

Os mais de 16 mil milhões de euros previstos para o Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal são uma oportunidade única para as empresas e para a concretização de projetos nacionais, mas também para o mercado da advocacia que terá um papel fundamental na concretização deste investimento e na identificação de oportunidades e para as empresas.

Cientes da importância deste investimento para a dinâmica da economia portuguesa, na Abreu Advogados temos uma Task Force focada no apoio a projetos conexos com o PRR. Temos vindo a acompanhar os nossos clientes de forma a maximizarem estas oportunidades de financiamento, com destaque para áreas como as infraestruturas, o ambiente, o imobiliário, a economia digital e a saúde, que são algumas das que têm maior enfoque no PRR.

Ao mesmo tempo, temos trabalhado cada vez mais em áreas de ponta e pioneiras, com a multiplicação de novos projetos em Criptomoedas, NFTs, Fintech ou Insurtech. Estas poderão conhecer novidades importantes ao nível da legislação nacional e europeia no próximo ano. Acreditamos que são assuntos que continuarão a crescer e a merecer cada vez mais atenção e interesse. O seu acompanhamento, do ponto de vista regulatório e fiscal, tem sido um dos focos da nossa equipa de Direito Financeiro através da qual, com o apoio da equipa de fiscal, temos vindo a assessorar a implementação de vários projetos internacionais, um dos quais reconhecido pelo Financial Times.

Por fim, com os desafios que temos pela frente e a necessidade de cumprir os objetivos do Green Deal, sabemos que as empresas terão que adaptar as suas cadeias de abastecimento e produção, com um impacto significativo em vários setores. Se todos os elementos do pacote Fit for 55 forem adotados pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu nos termos propostos pela Comissão, isso significará uma revolução na forma como vivemos, como produzimos e como nos movemos. Também aqui as sociedades de advogados, como assessores estratégicos das empre-

sas e entidades públicas, têm um papel chave no apoio aos projetos e sensibilização para as métricas ESG, por forma a assegurar que os objetivos de descarbonização e redução de emissões possam efetivamente ser cumpridos.



Pedro Pinto

Sócio fundador
da pbbr

O mercado da advocacia em 2022 deverá acompanhar uma progressiva e, espera-se, robusta retoma da actividade económica. Os dados disponíveis apontam para o aumento do investimento estrangeiro, ajudado por uma imagem cada vez mais positiva do País. Com mudanças políticas ou sem elas, na sequência das eleições legislativas antecipadas no início de 2022, tal imagem não deverá ser afectada. Perspectiva-se que algumas áreas de prática se revelarão pujantes em 2022, como as ligadas ao imobiliário, turismo e construção, transacções em sectores com forte componente tecnológica ou de serviços de valor acrescentado, IT, energia, telecomunicações e saúde. Nos próximos anos e certamente já em 2022, o PRR deverá gerar trabalho em áreas ligadas ao investimento público, como infraestruturas, com reforço do trabalho de contratação pública. Mas também em investimento privado, que vai beneficiar directa ou indirectamente desse programa.

Haverá, provavelmente, uma tendência para crescimento de trabalho transaccional com recurso a mecanismos de financiamento diversificados, com operações apoiadas não tanto em estruturas clássicas de financiamento bancário, mas noutros instrumentos de capitalização.

A pbbr perspectiva o ano de 2022 com optimismo, acompanhando o dinamismo da economia e crescendo com ela, marca de uma Sociedade que cresce consistentemente desde a sua fundação, de forma particularmente robusta nos últimos anos, e que ambiciona continuar a fazê-lo.



Fernando Antas da Cunha

Managing Partner

da Antas da Cunha Ecija & Associados

Temos expectativas francamente otimistas. A evolução do mercado no último ano foi surpreendente. Em termos gerais, registámos um crescimento em todas as áreas do escritório e, daquilo que nos é dado a conhecer, acreditamos que esta tendência vai-se manter. Naturalmente que estamos permanentemente sujeitos a alguma incerteza decorrente da situação pandémica que continuamos a viver. Parece-nos, porém, que ainda que a situação tenha alguns altos e baixos, não iremos novamente estar sujeitos a um lockdown total.

A área do imobiliário, do M&A e do Laboral têm vindo a registar acentuada procura, pelo que acreditamos que vão-se manter como áreas de grande volume de trabalho.

No plano do posicionamento dos vários players, face ao elevado número de procura, que penso ser mais ou menos transversal a todo o mercado, poderá levar a algum abrandamento de movimentos de concentração podendo, inclusive, levar a alguns movimentos de cisões. Ainda assim, no nosso caso em específico, acreditamos que vamos continuar a crescer, quer a nível orgânico, quer a nível de lateral hires.

Já no plano das necessidades de recrutamento, antevemos alguns problemas. O mercado está muito ativo e a registar um full employment na nossa área e que pode levar a algumas distorções do mercado. É muito importante que consigamos ter uma visão de médio/longo prazo, para que possamos manter a robustez do nosso mercado.



Nelson Raposo Bernardo

Managing Partner

Raposo Bernardo & Associados – Sociedade de Advogados, SP, RL

Apesar dos inúmeros sinais de incerteza, em Portugal e no mundo, arrisco em prever que o mercado da advocacia terá um ano positivo, em 2022. A especialização das sociedades de advogados permite que estas beneficiem de todos os ciclos: se umas áreas de prática permitem a obtenção de melhores resultados em ciclos de crescimento, outras áreas garantem a estabilidade ou mesmo incrementos de atividade e volume de negócios em ciclos de retração económica ou de crise.

Para além disso, a generalidade das sociedades de advogados portuguesas têm a maturidade, experiência e a flexibilidade necessárias para se adaptarem a todos os ciclos económicos. Isso aconteceu no passado, seguramente voltará a acontecer no futuro.

De resto, não existem apenas sinais de incerteza. O mercado imobiliário volta a mostrar uma relevante vitalidade, o mesmo acontecendo com o mercado das fusões e aquisições, embora este a menor ritmo. Ainda assim, acredito que as necessidades de capital de algumas empresas irão gerar oportunidades e que o mercado de M&A voltará progressivamente aos seus níveis normais. Além disso, é expectável que os investimentos decorrentes do Plano de Recuperação e Resiliência comecem, em 2022, igualmente a revelar os seus efeitos.

Também no contexto da advocacia societária creio que 2022 será um ano que permitirá a continuação do desenvolvimento das sociedades de advogados. A pandemia constituiu um teste importante à cultura das sociedades, tendo tido o curioso efeito de reforçar a sua coesão. Foi também um acelerador da digitalização naquelas sociedades que estavam mais atrasadas a este nível. E em ano de algumas incertezas, não antecipo

alterações significativas no panorama dos principais players nacionais, sendo mais certo que fusões ou cisões fiquem reservadas para um período de maior estabilidade. Isto sem prejuízo de ser expectável que mais algumas sociedades internacionais sintam o apelo de se instalar no nosso país, através de parcerias ou mesmo absorções: ainda que nos falte dimensão e escala que justifique a instalação das principais sociedades de advogados internacionais, os investimentos públicos que se avizinham, bem como outros fatores como sermos uma porta aberta para o mundo lusófono podem ser considerados suficientes para que o nosso país esteja no radar.



Ana Taveira da Fonseca

Professora da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa

O meu desejo para 2022 é, por todos os motivos, que haja uma evolução favorável da pandemia de COVID-19 que permita, a nível global, a recuperação de todas as atividades económicas cujo desenvolvimento se encontra prejudicado desde o primeiro trimestre de 2020. Se tal não se vier a verificar, todos os setores, incluindo a advocacia, terão de continuar a focar-se nos problemas colocados pelas medidas de combate à pandemia.

Acreditando que, em 2022, já estaremos numa fase de endemia, julgo que continuaremos a assistir a uma aceleração da transformação digital e dos projetos que sejam ecologicamente sustentáveis e socialmente responsáveis. Projetos esses que, em Portugal, serão também impulsionados pelo Plano de Recuperação e Resiliência. Para responderem aos desafios que serão lançados pelos seus clientes, os advogados não poderão deixar de acompanhar estas tendências já identificadas em 2021 e que se irão certamente acentuar em 2022. A transformação digital influenciará também, com toda a certeza, já em 2022, o modo como se

exerce a própria advocacia e advinha-se que poderá tornar este mercado ainda mais competitivo.

As Universidades não podem alhear-se destes ventos de mudança. É isso que procuramos fazer na Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da UCP, promovendo a internacionalização dos nossos estudantes, atualizando constantemente os nossos planos de estudo e os currículos das disciplinas de licenciatura e mestrado, e desenvolvendo diariamente um projeto cada vez mais sustentável e responsável. Evoluímos também tecnologicamente, não só na forma como lecionamos as nossas aulas, mas também no modo como avaliamos os nossos alunos e os promovemos junto dos recrutadores. Formar juristas altamente qualificados, capazes de propor soluções adequadas para problemas complexos, é o melhor contributo que podemos dar a uma sociedade em constante transformação.



João Caiado Guerreiro

Managing partner
da Caiado Guerreiro

Acredito que o ano de 2022 será melhor que 2021. A pandemia estará bem mais controlada pela ampla vacinação da população que Portugal conseguiu e isso ajudará a que seja um ano mais fácil do que este que passou. Ainda assim, vai ser um ano de eleições, o que acaba sempre por travar de alguma forma os negócios e a economia do país. Sabemos que depois das eleições até ser formado o Governo poderá levar alguns meses, dependendo muito do resultado obtido, por isso prevê-se alguma instabilidade no início do ano, mas penso que 2022 vai ter um balanço final bastante positivo.

Na Caiado Guerreiro continuaremos a apoiar os nossos clientes com proximidade, rigor e dinamismo, da mesma forma que a nossa equipa tem conseguido garantir desde sempre e especialmente nestes últimos dois anos. Vamos conti-

nuar a apoiá-los a ultrapassar e navegar os obstáculos legais, e a fazer crescer os seus negócios. Hoje em dia, os clientes já não pretendem que as sociedades de advogados lhes deem apenas aconselhamento jurídico, mas sim que estas lhes apresentem soluções para os problemas regulatórios e outros que vão acontecendo na sua atividade.

Para isso, teremos que continuar a adaptar-nos às mudanças constantes que vão acontecendo na nossa sociedade, que passará muito pelo uso de novas tecnologias e pela aposta no desenvolvimento e crescimento de todos os profissionais da nossa equipa. Uma coisa é cada vez mais clara: as adversidades que vamos encontrando, como é o caso desta pandemia, e a capacidade de adaptação às mudanças que essas mesmas adversidades trazem tornam mais importantes todas as pessoas que contribuem para o sucesso da Caiado Guerreiro. Os nossos colaboradores são o nosso maior e melhor ativo e o desafio da retenção de talento é atualmente muito forte. Se formos capazes de reter e desenvolver os nossos profissionais, vamos continuar a ter clientes satisfeitos.

Resumindo, 2022 vai ser um ano em que as pessoas e as equipas vão ser fundamentais, assim como de dar continuidade à adaptação tecnológica e que vai também requerer um grande esforço e resiliência da parte de todos os Portugueses para conseguirmos recuperar e repor o crescimento do país.



Pedro Rebelo de Sousa

Managing partner e fundador da SRS Advogados

Acredito que 2022 será um ano impactante e de consolidação de crescimento, tanto em termos de operações como em volume de negócio. A pandemia não desacelerou o nosso ritmo de trabalho – muito pelo contrário –, e prevejo que no próximo ano, à medida que regressamos

a uma relativa normalidade, esse ritmo dispare. Nessa perspectiva, a digitalização está a mudar, a pouco e pouco, mas firmemente, a forma como interagimos uns com os outros, permitindo-nos estar presentes em todas as fases da nossa relação com o cliente, ainda que à distância, e fomentando novas formas de colaboração entre as várias equipas. Este incremento de soluções tecnológicas virtuais veio decerto mudar o paradigma na maneira como os advogados operam e tornou-se num no turning point. Existe agora um acesso a ferramentas e softwares que combinados fazem do advogado de hoje um advogado menos burocrático e com mais tempo para gerir a sua carteira de clientes de forma estratégica. O mesmo se aplica ao work/life balance, cujo equilíbrio tem sido uma preocupação constante tendo a SRS implementado e reforçado benefícios e ações, além de permitir o trabalho remoto 6 dias por mês. O mesmo se diz dos Business Services desde a business intelligence, ao workflow e processos. Ao mesmo tempo, espera-se que as sociedades de advogados – e na SRS não está a ser diferente – apostem numa maior diversificação de talentos, tanto ao nível de formação como de experiência profissional. Assistimos à colaboração entre advocacia, gestão e consultoria noutros mercados, uma realidade cada vez mais presente. Na SRS, há muito que operamos como uma verdadeira empresa, e só assim consideramos estar preparados para continuar a acompanhar de uma maneira sólida e transversal os desafios e reais necessidades dos nossos clientes. Com isto em vista, iniciaremos em breve a mudança de imagem da SRS para um conceito que alie esta nova visão ao foco e dedicação que nos caracterizam desde sempre.



Domingos Cruz

Managing Partner da CCA

A simbologia dos números tende a representar o número 2 como o número da dualidade. Ora, num ano carregado de dois, a incerteza que caracteriza a dualidade, será porventura a pedra de toque do próximo ano.

Incerteza política – Começar o ano com umas eleições legislativas cujo desfecho é mais incerto do que nunca, e cujas aparentes soluções governativas são tudo menos óbvias, podem lançar o país numa instabilidade altamente indesejada, sobretudo no que toca à aplicação dos fundos do PRR.

Incerteza económica – Assistimos ao início de uma tempestade quase perfeita. O aumento generalizado das matérias primas, em números estratosféricos, que se começa a sentir no início das cadeias de valor, aliado ao provável aumento dos custos transportes e consumos por força da crise energética em que vivemos atualmente, poderá colocar um enorme peso nas famílias e nas empresas.

Incerteza social – A psique coletiva vive ainda atormentada com os efeitos da pandemia, a euforia da aparente libertação depois do processo de vacinação, dá lugar à frustração generalizada com a consciência de que o problema não desapareceu, e que as vagas vão e voltam, não ao sabor das marés, mas sim das estações.

Tudo junto, podemos estar a caminhar para um ano difícil que, inevitavelmente, se repercutirá no mercado da advocacia em 2022, pois irá determinar quais as áreas que terão mais atividade, se as áreas de investimento (M&A, Imobiliário, Novas Tecnologias), se as áreas de desinvestimento (Contencioso, Recuperação de empresas, Laboral).

Este novo normal que nos impede de fazer sequer planos a 12 meses, exige

permanente acompanhamento e monitorização.

Será, seguramente um ano desafiante, onde não faltarão surpresas e novidades, mas aqui... nada de novo.

Tal como o anuário do JE, que é publicado quer faça chuva, quer faça sol, o mercado da advocacia continuará firme, independentemente das incertezas.



Pedro Malta da Silveira

Managing partner da SPS

2022 reserva a todos vários e grandes desafios, não só para o setor da advocacia, mas para a sociedade e a economia em geral. Desde logo, a incerteza da evolução do cenário pandémico e medidas que possam vir a justificar-se num eventual quadro de controlo e mitigação do vírus. Depois, o cenário de incerteza política, recentemente materializado na não aprovação do Orçamento de Estado, na dissolução da Assembleia da República e na marcação de eleições antecipadas. No que à advocacia diz respeito, há ainda a incerteza do futuro da independência da profissão e o eventual avanço para a admissão de sociedades de advogados multidisciplinares.

Paralelamente a todas estas variáveis, o futuro da advocacia vai passar também por variáveis independentes: mudança de mentalidades (que já deu início com o teletrabalho), novos modelos de trabalho, estruturas mais flexíveis, aceleração tecnológica, alteração do modelo de negócio, objetivos de desenvolvimento sustentável e uma maior humanização dos serviços prestados. Passaremos, seguramente, a olhar os nossos escritórios de forma diferente, como um ponto de encontro, em que cada um apoia e se apoia, conquistado que foi um espaço de equilíbrio entre a família e o trabalho. A cultura da empresa será fundamental para manter fortes e firmes as organizações, mantendo a chave do sucesso no seu aliado mais poderoso: as pessoas.

O mercado irá acompanhar e apoiar a retoma económica e suas exigências. Serão procurados, cada vez mais, serviços jurídicos para responder a necessidades cada vez mais segmentadas. O setor da advocacia terá, necessariamente, que continuar a ser criativo e a reinventar-se, particularmente nos aspetos tecnológicos, para responder a todas as necessidades e desafios do mercado. Nunca uma época foi tão profícua para mudanças estruturais.



Nuno Galvão Teles

Managing Partner da Morais Leitão

O mercado tem mudado muito. Mais do que simplesmente investir em tecnologia, um elemento fundamental mas perfeitamente basilar nos dias que correm, temos apostado numa cultura de inovação contínua, que nos permite apresentar conhecimento especializado com valor acrescentado. Significa repensar o trabalho jurídico nas suas diferentes fases: a metodologia, com abordagens diferentes às fases dos projetos consoante as ferramentas disponibilizadas, a relação com o cliente, cada vez mais imersiva e estratégica, obrigando a um conhecimento profundo do setor, e a formação permanente dos advogados, cada vez mais especializados mas abertos à colaboração entre áreas. A advocacia está hoje muito estimulada, em diferentes frentes, mas acreditamos que a profissão tem também as ferramentas certas para lhes responder. Para nós, trata-se de levar ainda mais longe a ligação com a comunidade que sempre tivemos, colaborando com empresas e academia para desenvolver os melhores produtos e serviços mas também os próprios modelos de prestação de serviços jurídicos, que não só respondem como antecipam os desafios, numa lógica de parceria.



Diogo Pessanha

Advogado da Acrlex

“Considerando as novas formas de trabalhar que a pandemia nos levou a experimentar entendemos que a pergunta pode ser abordada de duas perspectivas. Uma interna sobre a organização do trabalho e o plano de carreira dos advogados e outra externa sobre os desafios e oportunidades que 2022 pode trazer em termos económicos. Começando pela pergunta da praxe, vemos o ano de 2022 com as movimentações típicas de uma economia em recuperação, acelerada por estímulos europeus, onde operações de aquisição, concentração e de reestruturação serão predominantes. O período de menor intensidade económica gerado pela pandemia permitiu que muitas empresas se reestruturassem e se apresentem, agora, com uma boa saúde financeira e operacional para exponenciarem a sua atividade. Haverá, no entanto, que estar atento a fatores como por exemplo o aumento do custo dos transportes, das matérias-primas e da energia que, a manterem-se, podem desacelerar ou criar obstáculos ao expectável crescimento económico. Por outro lado, a pandemia mostrou-nos que o trabalho prestado não presencialmente funciona e que o recurso a meios tecnológicos, bem como a instituição de regimes híbridos ou de flexibilização do local de trabalho é já uma realidade que se manterá em 2022 e no futuro. A reboque desta nova forma de trabalhar admitimos que a formalidade do dress-code no escritório também possa vir a ser mais descontraída. Para além disso, e talvez mais desafiante, o ano de 2022 poderá ser o início do ponto de viragem da forma como muitos advogados projectam a sua carreira. A pandemia trouxe uma nova forma de ver e de viver a vida onde o plano de carreira de “up or out” ou um salário mais alto deixaram de ser necessaria-

mente o modelo a ambicionar. Este novo paradigma poderá obrigar os escritórios a adoptar um modelo caracterizado por menos salário e objetivos, mais tempo de férias, etc., o qual poderá ser um critério diferenciador na contratação e retenção de advogados.”



Dália Cardadeiro

Partner da BAS – Sociedade de Advogados, SP, RL

A previsão que a BAS faz para o mercado da Advocacia em 2022 é de incremento das questões suscitadas em matéria de Direito do Trabalho, associadas ainda aos efeitos da pandemia que tantos desafios veio lançar nessa mesma área, assim como de crescimento dos serviços jurídicos nas áreas do Direito Digital, atento o avanço das novas tecnologias que ganharam ainda maior acuidade no combate à pandemia.

A previsão é ainda de dinamização dos setores da saúde, da contratação pública e das infraestruturas e construção, de continuação das necessidades de resposta em matéria de proteção de dados pessoais.

A resposta do Direito à necessidade de incremento de medidas de sustentabilidade ambiental e de promoção da economia circular, no combate às alterações climáticas, constitui um importante desafio das sociedades de advogados para o ano de 2022.



Diogo Xavier da Cunha

Managing partner da Miranda & Associados

A questão coloca desde logo uma dificuldade complicada de superar: definir, com clareza, o que é o mercado da advocacia é algo particularmente delicado, quando sabemos que há na profissão realidades muito distintas. Há naturalmente questões transversais a toda a profissão, mas mesmo nessas é fácil de assinalar e compreender a existência de perspetivas bem diferentes dependendo da realidade em que cada advogado exerce a profissão. Em todo o caso, questões como o futuro da Caixa de Previdência, o regime da transparência fiscal aplicável às sociedades de advogados, a problemática das sociedades multidisciplinares, o papel do advogado no combate ao branqueamento de capitais e no planeamento fiscal dos seus clientes, a divulgação pública das contas das sociedades de advogados e o relacionamento entre as sociedades de advogados e os advogados não sócios que as integram continuarão decerto na ordem do dia. E infelizmente temo que continue a ser pelas piores razões, em que a discussão e as propostas assentam em pura demagogia (e ideologia) sem procurar ir ao fundo das questões e com efetivo conhecimento da realidade. Todos estes temas devem ser abordados de forma séria tendo em vista a busca de soluções construtivas e equilibradas para cada um deles.

No que respeita às perspetivas de atividade para 2022, no que à Miranda diz respeito esperamos que seja um ano com boas oportunidades de crescimento, tanto no que respeita à atividade puramente doméstica, como no que toca à atividade nas diferentes jurisdições cobertas pela Miranda Alliance. De resto, já se tem vindo a notar uma nova dinâmica na atividade económica em geral e nas decisões de investimento e de normalização da atividade de muitos dos nossos

clientes. Não me parece que haja nenhuma área em especial a destacar, pois a expectativa é a de que o crescimento se verifique, em menor ou maior medida, em todas elas.



Martim Anahory

Sócio da SLCM - Serra Lopes, Cortes Martins & Associados

Nos tempos que correm é quase um lugar-comum declarar-se em jeito de disclaimer o quão difícil é fazer previsões. Feito subtilmente o disclaimer, arrisca-se dizer que 2022 poderá ser um ano de lento regresso à normalidade pós-covid, a menos que os efeitos das restrições do contexto pandémico que tem assolado a generalidade das sociedades ocidentais não sejam debelados e, no caso particular português, a possível instabilidade política resultante das próximas eleições legislativas não permita que o país ande para a frente.

Acreditando, pois, que em 2022 “#vai ficar tudo relativamente bem”, e sendo a advocacia tributária da evolução do resto do mercado, espera-se – no sentido de esperança – que a desejada retoma económica contagie positivamente a prestação de serviços jurídicos em áreas típicas de tempos de crescimento (p.e. M&A, Private Equity, Imobiliário, Turismo, Agro-Indústria). Quanto à SLCM, e as suas pessoas: estamos, de forma realista, com os olhos postos no futuro, sabendo que nem tudo pode correr bem ao nível político, económico e social e que isso se repercute na nossa atividade. De todo o modo, o investimento feito nos últimos anos pela sociedade em novas tecnologias, incluindo no que respeita ao trabalho remoto, permite-nos encarar todos os cenários futuros com total confiança.



José Costa Pinto

Sócio Fundador
da Costa Pinto

Na minha perspetiva o mercado da advocacia em 2022 vai ser marcado por duas palavras: “consolidação” e “afirmação”. Por um lado, “consolidação” dos grandes escritórios como entidades empresariais, a quem serão confiados os negócios de maior dimensão e que reunirão equipas mais institucionalizadas e estratificadas. Nestas instituições procurar-se-á consolidar um nível de resposta aos Clientes numa lógica de full service e equiparação institucional.

Por outro, “afirmação” de várias sociedades criadas mais recentemente, cujo crescimento e transformação se tem feito ao ritmo do desenvolvimento dos mercados de private equity e M&A, com bastante incidência nas áreas de fusões e aquisições, societário e comercial e imobiliário. A afirmação destas sociedades, terá como pedra de toque uma lógica de focus service e equiparação na visão de um mundo em transformação.

Poderia ainda acrescentar uma terceira palavra: “mudança”, em função das alterações regulatórias que foram anunciadas, designadamente no que respeita à liberalização da detenção do capital social das sociedades de advogados e dos poderes das ordens profissionais. Se vierem a ser aprovadas (o que parece agora incerto pelo momento político), antecipo ainda que 2022 seja um ano de mudança ou, pelo menos, de início de mudança no mercado da advocacia em função dessas novas regras regulatórias.

Quanto à Costa Pinto em particular, prevejo que o nosso trajeto de crescimento se volte a afirmar em 2022, pois os projetos que 2021 nos deixará em pipeline, designadamente em projetos de private equity e M&A (incluindo imobiliário), dão-nos entusiasmo e garantias disso. Sem prejuízo, o que queremos é manter as condições para continuarmos a desenvol-

ver o nosso plano estratégico de nos afirmarmos como uma sociedade de direito dos negócios, com vocação internacional, e continuar a dotar a Equipa com todas as condições para fazermos um excelente trabalho para os nossos Clientes.



Manuel Fontaine Campos

Diretor da Escola do Porto da Faculdade
de Direito da Universidade Católica

Espera-se que 2022, apesar dos percalços a que a pandemia nos vai habituando, seja um ano de recuperação forte da atividade económica e, naturalmente, também do mercado da advocacia. Para um pleno aproveitamento de todas as oportunidades que certamente surgirão, faz sentido investir na formação especializada em Direito, seja em domínios de ponta como o Direito e Tecnologia, seja em domínios clássicos como as Sociedades Comerciais, seja em domínios jurídicos interdisciplinares, como o Direito Imobiliário ou o Direito da Saúde. Naturalmente, será necessário acompanhar a evolução legislativa e toda a difusão de conhecimento que, a propósito dessas alterações, vão sendo promovidas pelas universidades, pela Ordem dos Advogados, pelo CEJ e outras instituições de relevo, através de colóquios, conferências, cursos breves. Em suma, o aprofundamento e a atualização do conhecimento jurídico será, como sempre, indispensável para vencer os desafios multiformes que o próximo ano colocará ao mercado da advocacia.



Hugo Marques dos Santos

Advogado Sénior
MG Advogados

O ano de 2022, à semelhança do que se verificou em 2020 e 2021, evoluirá ao ritmo das curvas do (Rt) da Covid-19 e respectivas estirpes. Mais um elemento de incerteza a acrescer ao atributo da imprevisibilidade que tipifica os tempos em que vivemos.

No que concerne à advocacia, uma das principais alterações verificou-se no funcionamento das equipas e no modelo de trabalho presencial. A pandemia levou à adoção em grande escala de modelos de organização do trabalho que eram anteriormente residuais. Estas alterações tiveram grandes impactos na forma de comunicação e de trabalho das equipas, e das equipas com os clientes.

Passados quase dois anos, verifica-se que as sociedades de advogados e os clientes evoluíram e adaptaram-se à nova realidade, criando uma nova normalidade. Desse ponto de vista parece-nos que o eventual evoluir da pandemia por 2022 - que neste momento parece estar a exigir a reposição de algumas medidas restritivas em alguns países do centro da Europa e que ameaça também chegar a Portugal - será encarado com tranquilidade e sem os efeitos destabilizadores do passado.

A pandemia foi uma incubadora do que será, inegavelmente, um dos maiores desafios que as sociedades de advogados terão de enfrentar nos próximos anos. Falamos das matérias de segurança e de proteção de dados. Infelizmente, não são desafios exclusivos do mercado da advocacia, mas que, devido à sensibilidade dos temas que muitas vezes são tratados e dos deveres de sigilo que incidem sobre os advogados, assumem uma especial gravidade. Fugas de informação ou ataques de ransomware poderão causar danos de imagem e reputação gravíssimos ao mercado da advocacia com a inerente perda de confiança dos clientes nos advogados e

nas informações que são partilhadas. Previsivelmente, 2022 irá igualmente ditar o fim progressivo dos auxílios às famílias e às empresas, o que se antevê que, com a eventual subida de taxas de juros (correlativo da inflação), possa criar uma maior litigiosidade e, consequentemente, um aumento do fluxo de processos judiciais.

Quanto ao nosso Escritório queremos reforçar a nossa ligação com a rede internacional à qual aderimos em 2020, e que nos tem permitido criar um valor acrescentado para o nosso cliente.



Mafalda Rodrigues Fonseca

Sócia da CSBA
Sociedade de Advogados



Isabel Marinho

Sócia da CSBA
Sociedade de Advogados

O Mundo mudou...

Mudanças pessoais, profissionais, sociais ... chegaram com o início dos anos 20 do século XXI.

Vieram para ficar e para trazer um novo paradigma de vida!

O mercado da advocacia é evolutivo. Existem novos mercados, novas economias, novos modelos de negócio ... aos quais a advocacia tem de responder.

No início do milénio o hidrogénio, as bit coins, as redes sociais, o e-commerce, os táxis aéreos ... ainda que embrionários, não “passavam” de futuro (não muito longínquo, mas futuro).

A evolução é exponencial e vivemos num mundo em que os anos se seguem uns aos outros, mas a evolução não se “soma” com o mesmo algarismo, ao invés, multi-

plica-se com o seu próprio fator.

Assim, prevemos que 2022 seja um ano exigente para a advocacia, mas, também, muito desafiante.

A pandemia continuará, ainda em 2022, a fazer os seus estragos, mas cremos que chegaremos ao final do ano com a qualificação a descer de pandemia para epidemia e as economias, os mercados, as pessoas... continuarão a reerguer-se, adaptando-se e fazendo jus à expressão “o mundo é dos que se adaptam”.

E muitas das empresas, dos mercados, das economias, das pessoas saberão reinventar-se, renascer, construir novas realidades e, assim, o futuro da advocacia será muito desafiante e próspero.

Portugal, se souber, se conseguir, poderá ser a sede e campo de muitas empresas ligadas ao ambiente, à economia verde, ao mercado do carbono, às novas tecnologias de informação, de gestão de dados, novas lógicas de gestão de redes, da energia ao 5G.

Se no passado os recursos minerais e endógenos de um País lhe davam a qualificação de rico ou pobre, no futuro acreditamos que o know-how, a capacidade de trabalho e de adaptação em que os Portugueses são reis, poderão dar a Portugal um futuro brilhante.

O mercado da advocacia, as respostas aos problemas e as estratégias de crescimento de mercados em sintonia com o legislador será determinante e fundamental para o futuro.

Os desafios, as novas realidades, as mudanças de paradigma, a mudança do Mundo ... terão de ser encaradas como fazendo parte integrante da evolução do Mundo e a advocacia como peça basilar desse puzzle estará capacitada para assumir o seu papel.

Cremos que o mercado da advocacia sofrerá alterações, a que temos de nos adaptar e responder, mas, também, estamos convictas que os novos anos 20 em que caminhamos serão de grandes oportunidades para Todos nós, não só como Advogados, mas, também, como cidadãos, como empresas, como País.



Vasco Carvalho Marques

Sócio na Teixeira de Freitas, Rodrigues &
Associados

Na TFRA acreditamos que 2022 será um ano de forte recuperação da economia. Com efeito, todas as instituições Nacionais e Internacionais apontam para uma taxa de crescimento em torno de 5%, o que a verificar-se será, infelizmente, inédito no Portugal do Séc. XXI. Oxalá as condições de governabilidade pós-eleitoral não impeçam a concretização deste objetivo.

Sendo um escritório vocacionado para uma clientela de investidores internacionais (individuais e empresas) esperamos um claro reforço de investimento internacional em ambos os segmentos. Numa perspetiva do mercado nacional da advocacia, a aplicação dos fundos PRR irá certamente dinamizar a advocacia de negócios com expectável crescimento dos setores Imobiliário, Societário, Comercial e Contratação Pública. Por outro lado, a Advocacia mais tradicional ligada ao contencioso civil e administrativo – tributário, deverá continuar muito pressionada pelos sistemáticos atrasos que lamentavelmente caracterizam o sistema judicial português.

Naturalmente, esta avaliação parte de um pressuposto, porventura otimista, de que em Portugal e nos nossos principais mercados a pandemia terá uma evolução francamente positiva. Em qualquer caso, não é de esperar a repetição dos cenários mais dramáticos de 2020/2021, até porque quer no plano sanitário como nos agentes económicos, a preparação para enfrentar longos períodos de confinamento é hoje muito superior, fruto da experiência duramente adquirida em quase dois anos de pandemia.

Assim, atendendo às áreas de atuação da TFRA, podemos concluir estar moderadamente otimistas quanto à evolução do mercado nacional da advocacia durante o período de 2022.



Bruno Ferreira

Managing partner
e sócio da PLMJ

Os finais de ano são sempre um momento em que fazemos algum exercício de retrospectiva. Quando fazemos esse exercício em relação aos últimos dos anos, coube um pouco de tudo: travagem, incerteza, recuperação e muitas mudanças que vieram para ficar, algumas delas que são de saudar e que correspondem ao acelerar de tendências que já davam os primeiros passos.

É o caso da aceleração da digitalização e de dinâmicas mais eficientes de trabalho, que trouxeram para a realidade do dia-a-dia temas como teletrabalho, reuniões online e a incorporação definitiva de um mindset mais tecnológico.

2020 e 2021 foram também os anos em que o tema da sustentabilidade subiu para o topo das agendas das empresas e essa é uma conquista destes dois anos de reflexão à escala global. A agenda da sustentabilidade trouxe consigo temas que são estratégicos para o setor e para a PLMJ, como é o financiamento verde e a aplicação da matriz ESG (Environmental, Social and Corporate Governance) aos projetos de crescimento e consolidação do tecido empresarial nacional.

Sobre 2022, do ponto de vista macroeconómico, a visibilidade diminuiu ligeiramente, novamente com incerteza face à pandemia e, agora, também em relação ao quadro político em Portugal.

Falando das áreas em que antevemos maior crescimento da nossa atividade, destacaria as operações de reestruturação nas suas várias vertentes – financeira, laboral, operacional. Será um ano em que assistiremos a mais consolidações de empresas e haverá ainda uma tendência para a venda de ativos não core ou menos rentáveis. Neste sentido, a atividade de venda de NPLs e gestão de reestruturações e insolvências, são algumas das operações que vão, seguramente, marcar o ano.

Numa perspetiva mais benigna, sabemos

que o ano que está a chegar traz fundos expressivos para apoiar o relançamento das economias. A montagem de operações de capitalização será uma área particularmente ativa e, aqui destacaríamos alguns setores estratégicos, como a energia e a banca. O nosso setor tem um papel a desempenhar no apoio aos clientes que por via dos seus projetos possam vir a recorrer a estes fundos e a chegada de parte das verbas do PRR traz o previsível lançamento de obras públicas, exigindo especial atenção jurídica e regulatória em particular.



André Miranda

Dócio da Pinto
Ribeiro Advogados

2022 deveria ser um ano de desejável normalização da advocacia, depois de dois anos vividos em pandemia. Acontece que neste final de ano algumas das perspetivas que vinham sendo projetadas terão de ser revistas ou reajustadas pelo eclodir de novas incertezas sobre a efetividade do combate à pandemia. Em paralelo, o mundo terá de contar nos tempos próximos com inflação mais elevada, escassez de matérias-primas, comércio transnacional significativamente mais caro e, ainda, uma crise energética sem precedentes, envolvida em bastidores geopolíticos igualmente incertos.

Tudo isto terá um impacto na atividade económica em Portugal e, por conseguinte, na advocacia portuguesa, podendo limitar o desenvolvimento de muitos projetos de investimento ou de desenvolvimento empresarial. Quer as empresas, quer as famílias conseguiram preservar a capacidade de investimento, alavancada pelo apoio de recursos públicos de valores sem precedentes (oriundos do Plano de Recuperação e Resiliência ou do Programa Portugal 2030), mas poderão ver condicionada a sua capacidade de investimento e consumo por força das restrições atrás referidas.

Por último, o ano de 2022 começará tam-

bém com uma dúvida sobre a governabilidade do País, com eleições antecipadas por força da crise política orçamental. Também o cenário político que resultar destas eleições vai ter um impacto decisivo para a nossa vida em sociedade. Estará em causa a criação de condições políticas para que o nosso País possa finalmente levar a cabo reformas essenciais na justiça, na fiscalidade, na educação, na atração de novos migrantes, que permitam colocar Portugal na rota do crescimento económico.

Os escritórios que souberem estar à altura destes desafios, com uma capacidade de rápida adaptação, serão aqueles que poderão chegar ao final do ano de 2022 em melhores condições.

Enquadramos aqui o nosso escritório. A Pinto Ribeiro estará à altura deste desafio. Temos vindo a desenvolver uma série de estratégias para manter e até reforçar o nosso posicionamento, em termos dos clientes e setores que acompanhamos.



João Quintela Cavaleiro

Sócio fundador
da Cavaleiro & Associados

Os sinais que a Cavaleiro & Associados tem experienciado neste final de ano são um excelente prenúncio para 2022. Os assuntos multiplicam-se, os nossos Clientes estimam fechar o ano em estabilidade ou crescimento face a valores pré-pandemia, diversificaram atividades e encontraram novos espaços de oportunidade nos mais variados sectores. Para um escritório exclusivo e muito próximo da vida das organizações, dos seus líderes e das Pessoas, é o melhor dos sinais.

Manteremos o foco nos três blocos de áreas nos quais o escritório tem sido reconhecido historicamente: i) reforço da internacionalização, quer em operações inbound, quer outbound na assessoria a multinacionais, quer na expansão internacional de empresas do Norte e Centro

do País líderes dos seus sectores. ii) No Direito Público e Energia, espera-se franca expansão de novos projectos energéticos – i.a. hidrogénio, solar e bio-combustíveis-, quer nas matérias de assessoria e contencioso público relacionado com processos concursais e Fundos Comunitários/Públicos. iii) No Direito dos negócios e das empresas anseia-se a continuidade de operações de M&A decorrentes de oportunidades que emergiram com a Pandemia e uma permanente ebulição nas matérias laborais.

Em face do teletrabalho ou regime misto o segredo será mantermo-nos coesos internamente e continuar a ser a mão silenciosa que tem ajudado os clientes a prosperar numa época tão desafiante.



David Carvalho Martins

Managing Partner
da DCM Littler Portugal

Esperamos que 2022 traga o virar da página da Covid-19 e dos seus efeitos nas nossas vidas. A pandemia impôs uma experiência intensiva do trabalho à distância. Aparentemente, não aprendemos com este laboratório social. Brota no horizonte um novo regime de teletrabalho e de desconexão rígido e complexo, pouco amigo da flexibilidade e da conciliação. Por outro lado, prevê-se a subida significativa da retribuição mínima mensal garantida. Para as empresas que procuram “levantar-se do chão” não são as melhores notícias. Os trabalhadores podem, também, conhecer efeitos negativos. Depois de anos de crise, será difícil absorver o aumento significativo dos custos e a burocracia associada ao teletrabalho e à desconexão. Por seu lado, empresas e trabalhadores estrangeiros podem reponderar a sua fixação em Portugal. O desejo de tudo regular sem pensar no respetivo contexto cria espaços de indefinição, de potenciais litígios e de desincentivos àquilo que devíamos acolher: a liberdade de organizar o local

e o tempo de trabalho entre empregador e trabalhador, ainda que mediada pela contratação coletiva.

Ansiamos pela libertação das amarras que a Covid-19 colocou no relacionamento pessoal, familiar e profissional. Podemos não nos livrar da doença, mas contamos, pelo menos, com níveis de imunidade que permitam resgatar parte da nossa forma de viver em família, em comunidade e no trabalho. Por outro lado, a perspectiva de crescimento de aproximadamente 5% do produto interno bruto dá-nos ânimo para esta nova fase.

Deste modo, a advocacia – em particular, aquela que se dedica ao Direito do trabalho – terá um papel fundamental e muito exigente para apoiar os empregadores e os trabalhadores a navegar no mar turbulento da legislação laboral. A nossa integração na Littler, o maior escritório do Mundo exclusivamente dedicado ao Direito do trabalho dá-nos uma confiança acrescida para o ano de 2022.



Rita Maltez

Sócia
da Pares Advogados

A actividade económica é, hoje em dia, a principal bússola pela qual se orienta uma boa parte da actividade dos Advogados. Não antecipo, por isso, grandes alterações, quer no tipo de trabalho quer na sua distribuição pelos diferentes tipos de advocacia (grandes sociedades, outras sociedades, sociedades com forte componente internacional, pequenos escritórios, prática individual).

Diria que a coisa mais certa que temos é a mudança das formas de trabalho (teletrabalho, etc), e uma ainda maior necessidade de acesso ao conhecimento de qualidade.

Quero falar de outro aspecto que pode condicionar a nossa profissão, eventualmente de forma mais profunda. Refiro-me ao projecto de alteração da Lei

das Associações Públicas Profissionais e ao que ele representa. Na generalidade, diria que apresenta um conjunto de propostas com as quais concordo (por exemplo a da inclusão de não juristas em alguns mecanismos da Ordem dos Advogados) e que, se bem interpretadas e implementadas, podem trazer um novo vigor à forma como nos vemos enquanto Advogados. Este projecto tornou mais evidente a irrelevância da nossa própria associação profissional, em especial no que respeita ao acesso à profissão. Em vez de constituir pouco mais do que um gigantesco obstáculo ao exercício da profissão, protegendo os que já lá estão, a Ordem dos Advogados deve reduzir e focar a sua actividade a uma expedita e eficiente auto-regulação e a uma forte formação deontológica, em vez de um prolongamento inútil do ensino universitário, que termina com a sujeição a exames que muitas vezes mais não são do que armadilhas de retórica (fraca) para os pobres candidatos, e nos quais a maioria dos melhores de nós chumbaria. Será sempre uma mudança difícil, mas é talvez a única que, com a alteração institucional que o projecto de alteração prevê, pode salvar, com a dignidade que merece, a nossa quase centenária Ordem. Poderíamos assim olhar para o “mercado” da Advocacia com mais entusiasmo e competência.



José Luís da Cruz Vilaça
Sócio administrador
da Cruz Vilaça Advogados

Depois de dois anos muito duros, com a pandemia a marcar o ritmo das nossas vidas, o ano de 2022 chega marcado pela promessa do virar da página do confinamento e das restrições, mas também pelo receio de que isso não aconteça.

O mundo da advocacia sofreu as consequências desta crise global sem precedentes. Houve que mudar de ritmo, alterar formas de trabalhar, criar o hábito de comunicar à distância. Para uma sociedade como a Cruz Vilaça Advogados (“CVA”), o desafio foi ainda maior: tendo surgido em 2019, de imediato fomos confrontados com uma realidade inopinada e assustadora. Felizmente, o nosso escritório atravessou 2020 em segurança, para em 2021 crescer de forma pujante e com um resultado que nos surpreendeu.

Esta evolução tão rápida conforta-nos na certeza de que um modelo como o da CVA, de um escritório altamente especializado, que combina competências na academia, na advocacia e nas instituições europeias, é uma fórmula de sucesso.

Dessa certeza contemplamos o próximo ano confiados num saber-fazer consolidado, para responder a uma procura que aumenta sem cessar, provinda de Portugal e do estrangeiro, e nos honra pela preferência e a natureza dos assuntos, sempre desafiantes e enriquecedores. Aos clientes oferecemos três certezas: disponibilidade, proatividade e um rigor absoluto, sem nunca transigir.

É nessa base que escoramos a nossa visão para o próximo ano, que acreditamos será de plena recuperação para o mercado da advocacia.

Cremos haver sinais de uma economia em crescimento, que traz novas problemáticas relacionadas com o mundo da inovação tecnológica, da concorrência

na nova era das plataformas, das transições climática e digital, da proteção de dados e dos direitos humanos.

Esta transformação exige novas formas de fazer direito, a que os advogados devem estar atentos.

2022 será, portanto, um ano a fazer advocacia no presente, mas virada para o futuro.



Gonçalo Gama Lobo
Sócio
da GLXLTM

Vivemos momentos muito complicados para fazer previsões, sem correr o risco de falhar rotundamente. Isto porque o estado do comércio internacional atingiu um caos de grau dificilmente imaginável até há bem pouco tempo, o que vai ter impacto significativo não só ao nível das empresas, mas também das pessoas e famílias, como a breve trecho se notará.

O preço da energia duplicou, o do gás natural quintuplicou, o custo dos transportes internacionais é hoje nove, dez vezes superior ao que se verificava em 2020. A crise energética, bem como a dos semicondutores, é de tal ordem que está a paralisar uma parte cada vez maior das indústrias nacional e europeia. Para além disto continuamos com um forte impacto da pandemia em setores que não têm diretamente a ver com a saúde pública, mas mais com as decisões de natureza política de resposta a essa mesma pandemia, tais como os confinamentos e outras restrições à liberdade de circulação e de realização de atividades económicas.

Uma resposta para parte destes problemas reside nos dinheiros comunitários – Portugal 2020, PRR e Portugal 2030 – e creio que será a partir desses incentivos e da forma como os mesmos forem geridos que surgirão as maiores novidades no mercado dos serviços jurídicos e na advocacia.

Assim, acho que é possível antecipar movimentos interessantes ao nível da reestruturação das empresas, seja através de

operações de M&A com esse fito, seja ainda pelo recurso a processos de reestruturação pura dos passivos, com recurso a processos insolvências e pré-insolventes. Estes processos trazem normalmente consigo fortes ajustamentos laborais, área onde se prevê algum incremento da litigiosidade.

Espera-se que este cenário de incerteza não seja de molde a desincentivar o nosso empreendedorismo, de sorte a fomentar o contínuo crescimento das áreas do investimento, na qual se destaca a da propriedade industrial, onde temos assistido a um interessante incremento da atividade.



António Jaime Martins
Advogado
Administrador-sócio da ATMJ

O mercado de trabalho pós-pandémico tornou-se, em grande medida, mormente na área dos serviços, remoto, quer por parte dos clientes, quer por parte dos escritórios de advogados.

A pandemia acelerou os processos de automação de tarefas e de implementação de novas soluções e tecnologias. Todos hoje, advogados e clientes, são compelidos a trabalhar com soluções de big data, cloud, internet das coisas, e-commerce, inteligência artificial e com os mais diversos softwares e aplicativos.

Anos antes da pandemia, um alto responsável de uma grande empresa confiava que teria o maior gosto em degustar pessoalmente com o advogado uma refeição no intervalo de 30 minutos para almoço, mas todos os assuntos que dissessem respeito à empresa deveriam ser tratados através da plataforma informática. A mensagem, então, clara e vanguardista - pelo menos, então, assim me pareceu -, tornou-se de uma atualidade avassaladora.

Na realidade, os desafios dos escritórios de advogados na atualidade são essen-

cialmente três: 1. Acompanhar a revolução digital; 2. Vencer os sucessivos desafios da “hiperespecialização” num mundo multidisciplinar; 3. Ser bem-sucedido na fidelização da clientela.

A relação pessoal entre o advogado e o cliente desaparecerá, sendo substituída por comunicação escrita via plataformas informáticas e por contactos por vídeo conferência.

Neste contexto, a prestação de um serviço “hiperespecializado” por parte do advogado torna-se necessário à satisfação da exigência de dar resposta ao cliente ao minuto e à necessidade de ser coadjuvado por profissionais de outras áreas.

No mundo desumanizado e impessoal do digital, a rapidez da resposta, o seu rigor e a simplicidade da comunicação do escritório com o cliente, torna-se condição de subsistência.

Num futuro cada vez mais próximo, as sociedades de advogados tornar-se-ão plataformas informáticas de gestão de trabalho à distância entre profissionais e de comunicação com o cliente.

O que há cerca de 2 anos atrás parecia uma realidade distante, está hoje assustadoramente ao virar da esquina.



Pedro de Almeida Cabral

Sócio fundador
da Enes Cabral

Não é fácil prever como se comportará o mercado no próximo ano. Por um lado, há sinais evidentes de alguma recuperação económica como a maior procura por serviços jurídicos na área das fusões e aquisições ou o maior dinamismo em alguns setores económicos. Bem como a retoma sentida na análise de oportunidades de investimento, depois do abrandamento da economia causado pela pandemia. Porém, por outro lado, o desfecho da atual crise política ainda não é completamente claro. Ou seja, não é possível antecipar as linhas gerais da governação do país nos

próximos anos. Além disso, o aparente regresso da inflação e a subida de custos nas matérias-primas podem fazer-nos entrar num ciclo económico muito diferente dos que temos vividos até agora. O facto de a pandemia ainda não estar completamente controlada contribui também com alguma incerteza. O mercado dos serviços jurídicos é muito sensível à conjuntura económica e tende a refletir de forma imediata o estado da economia.

Ainda assim, a Enes | Cabral encara 2022 com otimismo. Somos uma sociedade recém-criada, que presta serviços, sobretudo, em áreas como Corporate, Fusões e Aquisições, Contencioso e Arbitragem, Reestruturações de Empresas e Insolvências e Laboral. Em 2021, tivemos um crescimento sustentado com o envolvimento em novos projetos de novos clientes, ganhando mais experiência, o que permitiu estabilizar a nossa oferta de serviços jurídicos. A competitividade do mercado português, a exigência cada vez maior dos clientes e a excelente preparação técnica dos nossos advogados, permitem-nos antever que em 2022 continuaremos a crescer nas nossas áreas de atividade. O que, aliás, vai de encontro às previsões para o nosso projeto.



Nuno Cerejeira Namora

Sócio fundador da Cerejeira Namora,
Marinho Falcão

Para 2022, mantemos a expectativa de um crescimento sustentando do mercado, não obstante os desafios que a crise pandémica ainda trará. Será, pois, um ano de ajustamento, de recuperação ou de crescimento para muitas empresas e privados, tornando-se essencial que o mercado da advocacia se posicione desde já para oferecer uma resposta de qualidade, completa e integrada em todos os domínios, desde a assessoria ao contencioso. A retoma económica e a normalização do funcionamento da sociedade fazem antever um aumento da procura pelos

serviços de advocacia, a que acrescerá o regresso dos tribunais ao seu pleno funcionamento. Será, pois, um ano de muito trabalho, investimento e (recuperação ou) crescimento.

Na Cerejeira Namora, Marinho Falcão, o ano de 2022 será muito especial, pois celebramos o nosso 30.º aniversário desde a constituição da sociedade. Por isso, estamos a preparar um intenso programa que assinalará esta data da única forma que tem sentido: em conjunto com os nossos profissionais e clientes, quase todos, verdadeiros amigos que nos acompanham nestas três décadas.

Na ressaca pós-pandémica, o mercado da advocacia, e em concreto as sociedades de advogados, continuarão a ter de lidar com três grandes desafios: a multidisciplinariedade, a retenção de talentos e a preservação da identidade das sociedades. Mas penso que todos serão superados, preservando os valores e princípios que norteiam a nossa profissão e que a tornaram diferente das demais e, para nós, a mais nobre de todas.